

Plano de saúde para intoxicados da ex-Sucam

Agentes de saúde pública, guardas de endemias, motoristas e condutores de lanchas da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), que trabalharam até o início dos anos 90 com o inseticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e outros inseticidas do grupo organoclorado, podem ter direito a um plano de saúde pago pela União. É que a relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 101/2019, que concede esse benefício, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB), deu parecer favorável ao pleito na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJD).

Caso seja aprovada, a PEC favorece os servidores admitidos até 31 de dezembro de 1988. O contato com os inseticidas, que esses servidores tiveram até o início dos anos 90, acarretou sérios problemas de saúde para eles. Em alguns casos, pode ter sido a causa até de óbitos. Hoje, o uso dos

inseticidas não são permitidos no Brasil e, naquela época, já eram proibidos em vários países do mundo.

“Os valores dos planos de saúde estão cada vez mais altos. Hoje, com seus proventos congelados há anos, esses trabalhadores estão sem condição nenhuma de pagar por qualquer assistência médica. Importante lembrarmos que todos prejudicaram a sua saúde por estarem desempenhando suas funções como servidores”, frisou o secretário-geral do Sindsep-PE, José Felipe Pereira.

A PEC 101, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSB), nasceu depois de uma grande mobilização envolvendo os representantes dos trabalhadores, incluindo a Condsef/Fenadsef e o Sindsep-PE. As entidades chegaram a viabilizar uma petição online para agilizar a tramitação do processo que estava encostado.